



# Observatório da Oposição

5 DE AGOSTO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 59

DEPUTADO FEDERAL  
**EVAIR**  
DE MELO  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



## Lula ignora fraudes na Venezuela e acolhe ditador Maduro: Um golpe à democracia

**MARCOS  
ROGÉRIO**  
SENADOR

SENADOR MARCOS ROGÉRIO  
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL  
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

# PRIORIDADES DA SEMANA

1

POLÍTICA

2

ECONOMIA

3

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

4

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

5

TRABALHO

## SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Go-verno Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

DEPUTADO FEDERAL  
**EV AIR**  
DE MELO  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



## Lula ignora fraudes na Venezuela e acolhe ditador Maduro: Um golpe à democracia

*O governo do presidente Lula tem sido amplamente criticado por minimizar as evidências de fraudes eleitorais na Venezuela e por acolher Nicolás Maduro com honras de chefe de Estado. Essa postura tem sido vista como um golpe à democracia, especialmente à luz das tensões internas e das reações internacionais que questionam a legitimidade das eleições venezuelanas.*

Há um ano e dois meses, Nicolás Maduro era recebido com honras de chefe de estado por Lula no Palácio do Planalto. Na ocasião, chegou a afirmar que a Venezuela é “vítima de uma narrativa de antidemocracia e autoritarismo”. Falando à Maduro que “se eu quiser vencer uma batalha, eu preciso construir uma narrativa para destruir o meu potencial inimigo”.

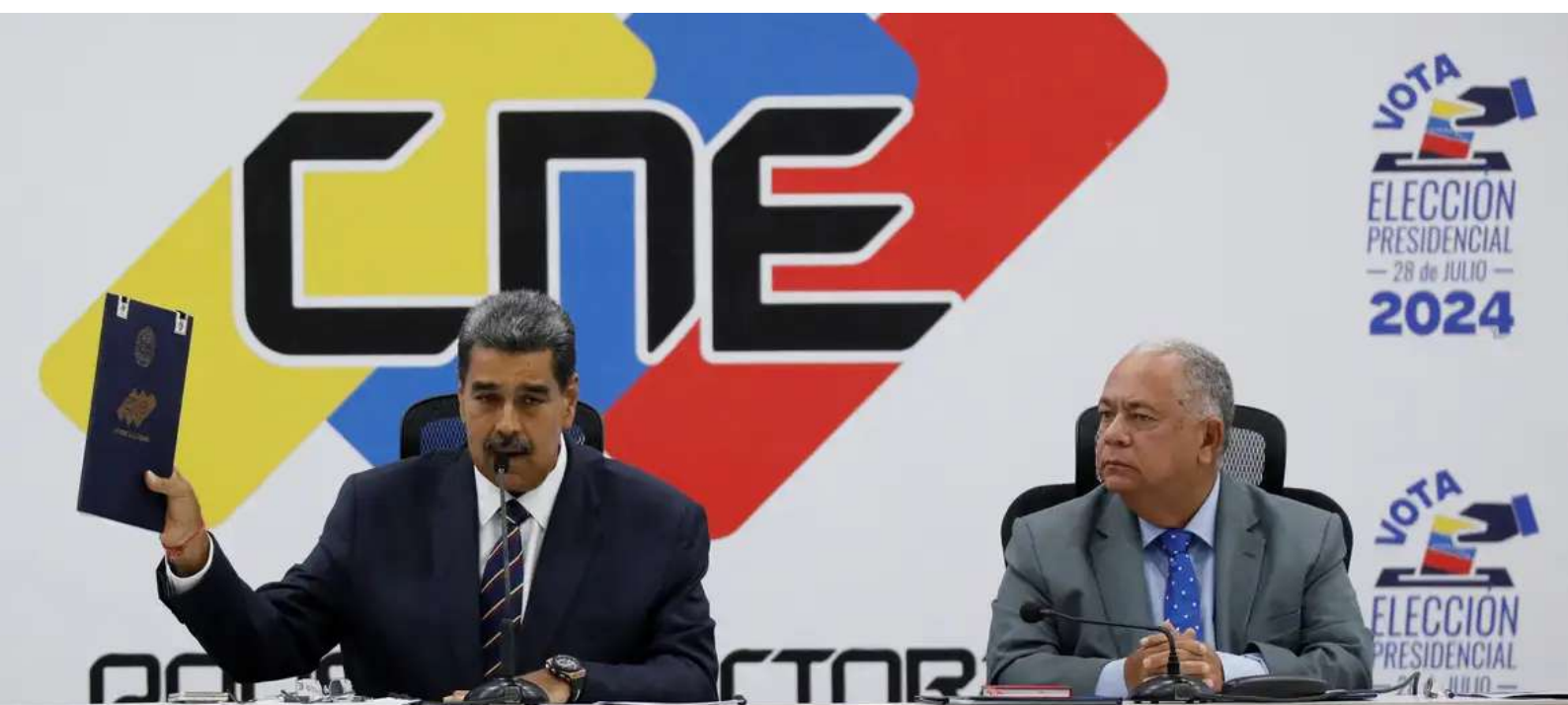


Agora, mesmo após todos os desdobramentos do pleito eleitoral venezuelano, o resultado duvidoso divulgado no último dia 29 e a postura de Maduro que se recusa a revelar todas as atas de votação, corroborando ainda mais com as suspeitas de manipulação, Lula diz que “não teve nada de anormal”, “nada de grave” ou “de assustador” nas eleições do país vizinho.

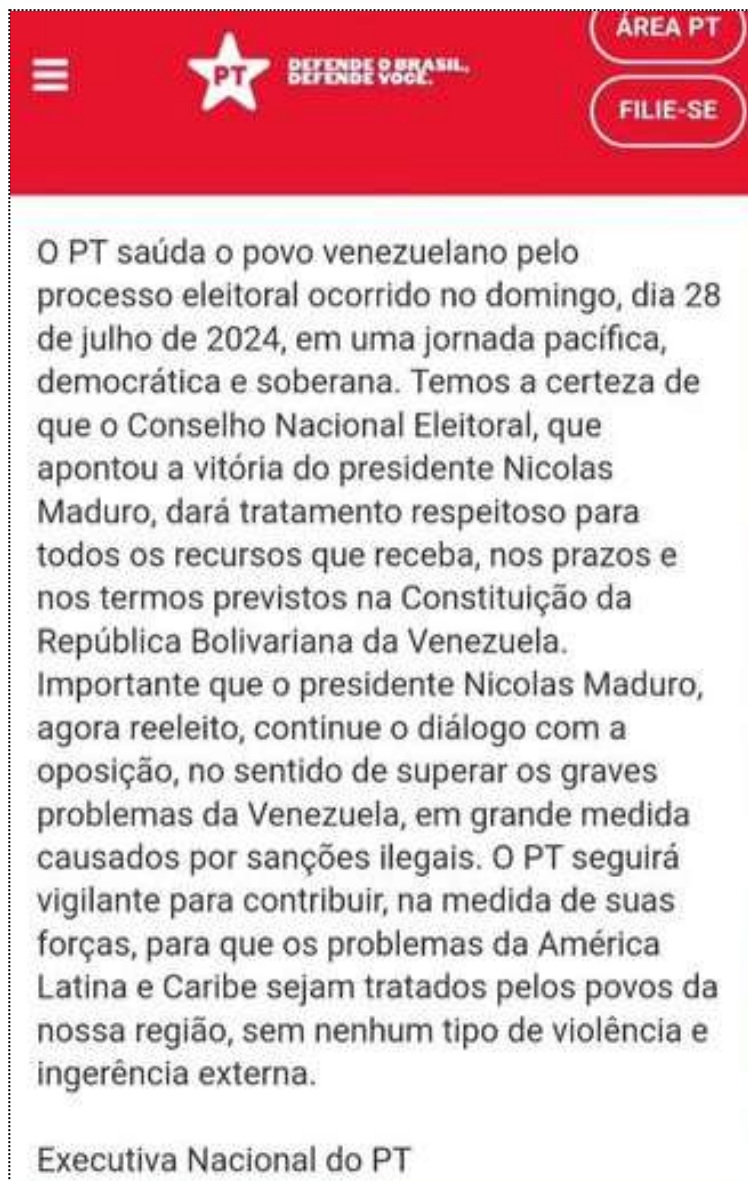
Após as eleições presidenciais na Venezuela, realizadas em 28 de julho, o cenário político e social do país passou a enfrentar uma série de desafios e tensões. A vitória do ditador Nicolás Maduro para um terceiro mandato presidencial, anunciada na madrugada de 29 de julho com 80% dos votos apurados, provocou uma reação intensa tanto internamente quanto no cenário internacional.

Enquanto **Estados Unidos, Argentina, Chile, Uruguai, Equador, Costa Rica, Panamá e Peru não reconhecem a vitória de Maduro**, Brasil se junta a México e Colômbia para nem reconhecer, nem desqualificar o resultado, assinando nota conjunta para pedir a divulgação de todas as atas eleitorais na Venezuela e a solução de prevalência pelas “vias institucionais”. Sem levar em consideração o domínio de Maduro sobre as instituições públicas daquele país.

Na Europa, após **Alemanha, Espanha, França, Itália, Holanda, Polónia e Portugal** assinaram declaração conjunta demandando a divulgação das atas da eleição, foi a vez da **União Europeia** afirmar em comunicado que não reconhece a reeleição de Nicolás Maduro, aceitando a veracidade das atas publicadas pela oposição liderada por María Corina Machado, ratificando que o candidato opositor “Edmundo Gonzáles Urrutia parecer ser o vencedor por maioria significativa”.



Já no Brasil o partido de Lula correu em divulgar nota, ainda no dia 29, classificando o processo eleitoral venezuelano como uma "jornada pacífica, democrática e soberana", por meio de sua Executiva Nacional.



O que está acontecendo na Venezuela era previsível. Ainda em 2023, sob pressão internacional, o governo de Nicolás Maduro e a oposição venezuelana assinaram os **Acordos para Promoção dos Direitos Políticos e Garantias Eleitorais e para Garantia dos Interesses Vitais da Nação, em 17 de outubro, em Barbados**, estabelecendo garantias para eleições presidenciais justas e democráticas em 2024. Mediado pela Noruega e apoiado pelo Brasil e EUA, entre outros. Os acordos estabeleceram parâmetros para permitia a escolha de candidatos por ambas as partes e o monitoramento internacional da votação.

No entanto, Maduro impossibilitou a candidatura de duas opositoristas. María Corina Machado, favorita para derrotá-lo, foi inabilitada por 15 anos pelo Supremo Tribunal de Justiça, controlado por Maduro. Em março, a professora Corina Yoris não conseguiu registrar sua candidatura devido a um suposto problema no sistema do Conselho Nacional Eleitoral. Com essas barreiras, o diplomata Edmundo González foi nomeado como candidato da coalizão Plataforma Unitária para disputar a presidência.

Nos dias que antecederam a votação, o país fechou as fronteiras e limitou a circulação dos populares. Segundo o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), presidido por Elvis Amoroso, aliado de Nicolás Maduro, a divulgação dos resultados foi adiada devido a um alegado ataque hacker. Porém, já na madrugada do dia 29, o CNE anunciou que, com 80% dos votos apurados, Nicolás Maduro havia vencido a eleição, sendo reeleito para um terceiro mandato.

## Reação Interna

Recebida com protestos da população, a vitória de Maduro foi rejeitada pela coalizão Plataforma Unitária, liderada por Edmundo González, que questionou a integridade do processo. Irregularidades, o alegado ataque hacker ao sistema de contagem de votos e a supressão de candidaturas opositoras, alimentam um clima de desconfiança e instabilidade.

As manifestações contra o resultado foram amplas, com protestos nas principais cidades do país. Os opositores pedem novas eleições e uma investigação independente sobre o processo eleitoral. A repressão por parte das autoridades, incluindo prisões e restrições à liberdade de expressão, tem gerado uma crescente tensão e um ambiente de insegurança.

Nesse cenário, ao menos 19 pessoas morreram durante as eleições e em protestos. Maduro chegou a anunciar no último dia 3 a prisão de mais de 2.000 pessoas.

Diante das reações internacionais, no dia seguinte às eleições, [o governo venezuelano decidiu expulsar representantes diplomáticos](#) da Argentina, Chile, Costa Rica, Peru, Panamá, República Dominicana e Uruguai, que contestaram o resultado das urnas.

## Reação Internacional

Países e organismos internacionais expressaram preocupações sobre a transparência e a legitimidade do pleito. A **União Europeia** e a **Organização dos Estados Americanos (OEA)** pediram revisão independente do processo eleitoral e manifestaram apoio a um diálogo construtivo entre o governo e a oposição.

Em pronunciamento na Praça de São Pedro, no Vaticano, o Papa Francisco pediu a “verdade” após a reeleição de Maduro, contestada pela oposição, pedindo às partes que evitem a violência.

O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, declarou em nota no último dia 1º que Edmundo González, candidato da oposição, foi o verdadeiro vencedor das eleições presidenciais na Venezuela. Em comunicado, afirmou:

*“Dadas as evidências esmagadoras, está claro para os Estados Unidos e, mais importante, para o povo venezuelano que Edmundo González Urrutia obteve a maioria dos votos nas eleições presidenciais de 28 de julho na Venezuela.”*

Segundo o secretário, os recibos de votação fornecidos pela oposição mostraram que a vantagem de González era “inegável”. A nota acrescenta que observadores independentes confirmaram esses dados, e o resultado também foi corroborado por sondagens à boca das urnas e contagens rápidas realizadas no dia das eleições.

Registros da oposição indicaram que González teria vencido com cerca de 70% dos votos.

Em contrapartida ao posicionamento americano, Celso Amorim, assessor especial para assuntos internacionais de Lula, afirmou que a crise que a Venezuela enfrenta após suas eleições é um assunto para a América Latina resolver. Disse, ainda, que “a oposição consegue colocar dúvidas”, mas “não provar o contrário”. Na sua visão, o sistema eleitoral venezuelano é invulnerável, que a dúvida estaria se a contagem corresponde às atas.

## **A postura de Lula diante das Eleições na Venezuela**

As primeiras declarações públicas do presidente Lula sobre as evidências de manipulação e fraude nas eleições da Venezuela indicam que o governo brasileiro está se preparando para reconhecer a vitória de Nicolás Maduro. Lula descreveu o processo eleitoral venezuelano como “normal” e “tranquilo”, ignorando a crise instalada naquele país que enfrenta protestos da população diante do regime autoritário de Maduro.



*“É normal que tenha uma briga. Como resolve essa briga? Apresenta a ata. Se a ata tiver dúvida entre a oposição e a situação, a oposição entra com um recurso e vai esperar na Justiça o processo. E vai ter uma decisão, que a gente tem que acatar. Estou convencido que é um processo normal, tranquilo”, afirmou Lula.*

*“Na hora que tiver apresentado as atas, e for consagrado que a ata é verdadeira, todos nós temos a obrigação de reconhecer o resultado eleitoral da Venezuela”, disse.*

Uma postura vista por muitos como inadequada para um país democrático como o Brasil, que busca se consolidar como uma potência emergente do Sul Global e que deveria adotar um tom crítico contra regimes autoritários.

Lula chegou a expressar confiança na "justiça" venezuelana, apesar de saber que ela é alinhada a Maduro e de que não funciona de forma independente. Declarou, também, que o presidente venezuelano "sabe muito bem que quanto mais transparência houver", mais tranquila será a governança do país.

**EVAIR** DE MELO | DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



*“Acho que é preciso acabar com a ingerência externa em outros países. A Venezuela tem o direito de construir seu momento de crescimento sem que haja bloqueio”* declarou o petista.

Mesmo diante da “normalidade” das eleições venezuelanas proclamada por Lula, o Itamaraty, por sua vez, orientou a embaixadora brasileira no país a comparecer ao evento de proclamação do resultado da vitória de Maduro.

Diante dessa postura inerte de Lula, a comunidade internacional cobra um posicionamento claro do Brasil sobre as eleições venezuelanas e a crise em curso.

### **Brasil se abstém em votação na OEA**

O governo brasileiro se absteve durante uma votação na Organização dos Estados Americanos (OEA) que solicitava transparência nos resultados eleitorais na Venezuela, intensificando a pressão internacional sobre Nicolás Maduro. O texto final não foi aprovado na discussão do dia 31.

Eram necessários 18 votos para a aprovação da proposta, liderada pelos Estados Unidos, Uruguai, Paraguai e Argentina. Contudo, além da abstenção do Brasil, a Colômbia não votou, seja a favor ou contra a medida. O México, que reconheceu a vitória de Maduro, não participou da votação.

A proposta exigia que o governo de Maduro publicasse os resultados das eleições e permitisse a verificação dos dados por observadores independentes. A resolução também solicitava o respeito aos direitos humanos e à liberdade de manifestação na Venezuela.

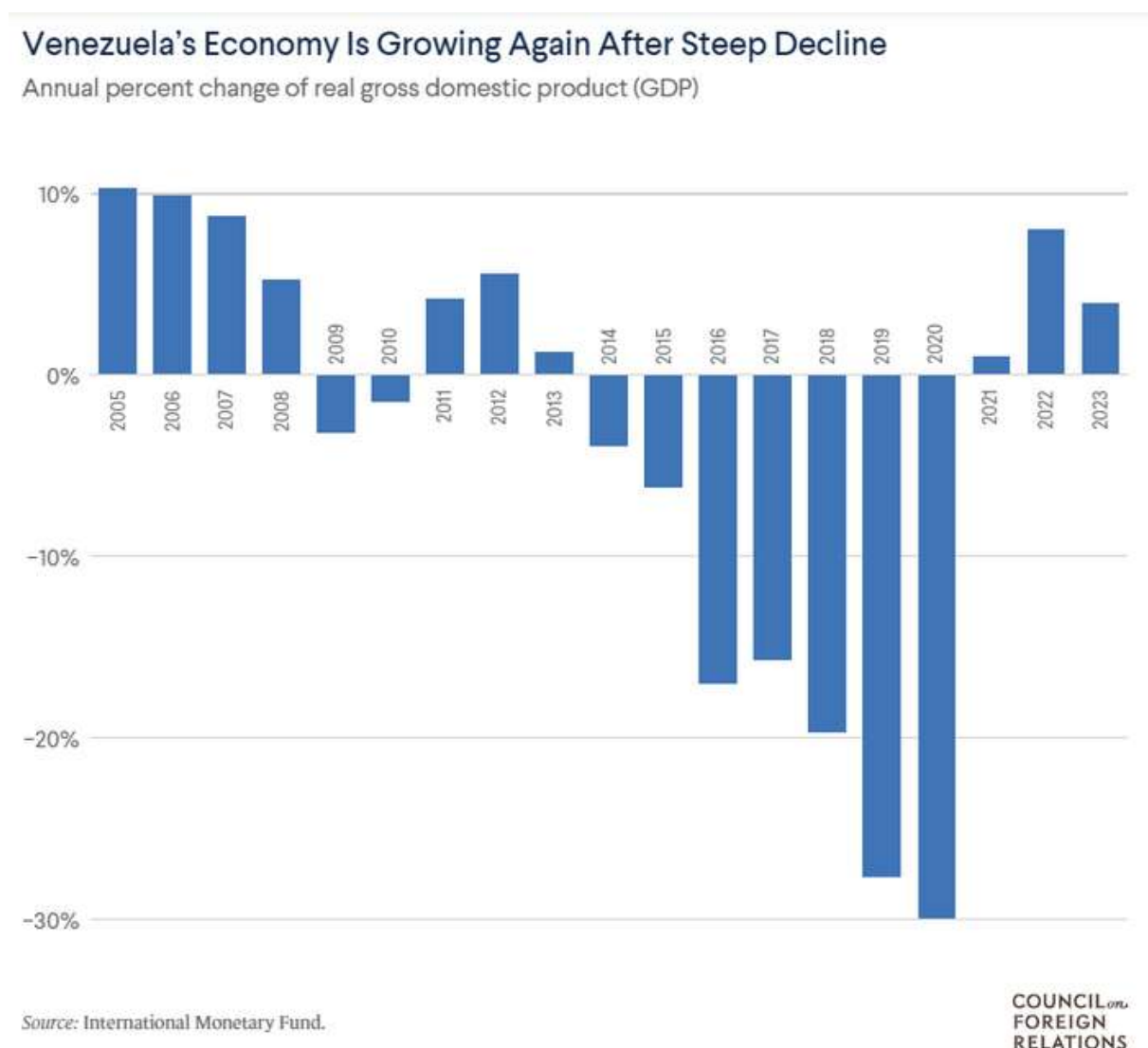


## Impactos da ditadura de Maduro na Venezuela

- **Economia**

A crise econômica da Venezuela é uma das mais severas no mundo. A estimativa do FMI é que a economia Venezuela encolheu cerca de 75% entre 2013 e 2021. É uma das quedas mais graves verificadas em qualquer país fora de guerras. O país viveu 7 anos com quedas recorrentes no PIB, o que consolidou uma severa crise antes mesmo da pandemia. A queda foi tão severa, que o país voltou para níveis de renda similares aos de 1950.

### Gráfico 1 - Crescimento real do PIB (anual)

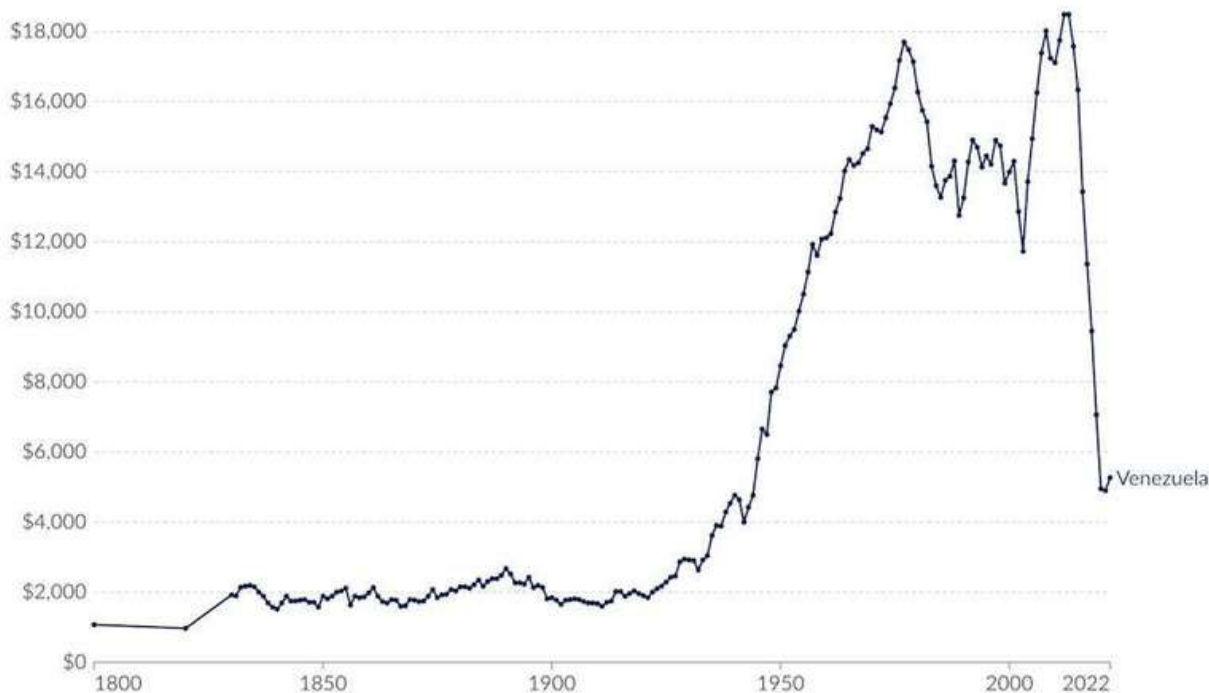


Fonte: [Council of Foreign Relations](#)

## Gráfico 2 – PIB per capita da Venezuela período de 1800 a 2022

### GDP per capita, 1800 to 2022

This data is adjusted for inflation and for differences in the cost of living between countries.



Data source: Bolt and van Zanden - Maddison Project Database 2023

OurWorldInData.org/economic-growth | CC BY

Note: This data is expressed in international-\$<sup>1</sup> at 2011 prices.

Até mesmo a produção de Petróleo - principal produto de exportação do país - foi afetada nesse período. Com uma capacidade de produzir quase 3 milhões de barris por dia no seu auge, o país passou a produzir menos de um quinto disso em 2020. Hoje, o valor alcança 800 mil barris por dia.

Esse empobrecimento da Venezuela resultou em uma situação alarmante: 95% dos Venezuelanos estavam abaixo da linha da pobreza em 2020. A hiperinflação do país ultrapassou os 65.000% em 2019. Atualmente, a inflação de 190% em 2023 (de acordo com o Banco Central Venezuelano) ainda corrói o poder de compra da população, que já tem de arcar com grave queda na renda.

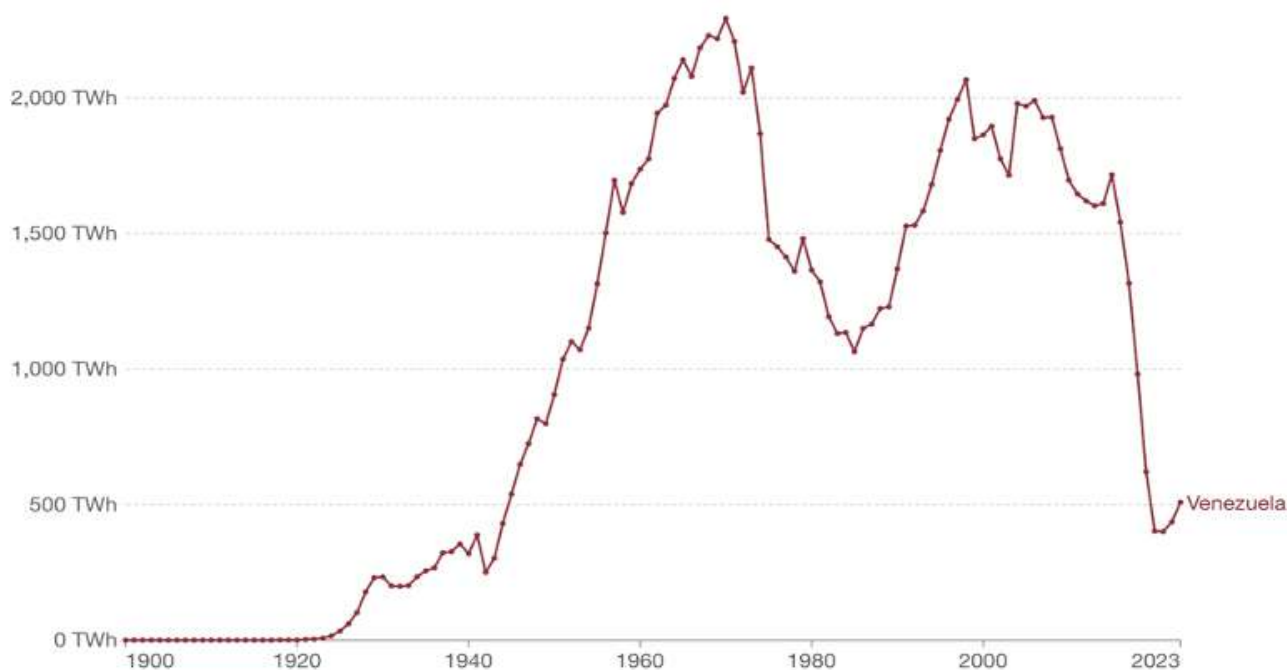
Com um cenário tão dramático, a solução para mais de 8 milhões de pessoas foi a de abandonar o país, sobretudo para outros países da América Latina. Esses Venezuelanos fogem tanto da depressão econômica quanto da perseguição e da violência política.

- **Petróleos de Venezuela S.A - PDVSA**

A indústria de hidrocarbonetos da Venezuela colapsou nos últimos anos, com a produção caindo a níveis comparáveis aos de 1945, segundo o Statistical Review of World Energy 2024, organizado pelo [Energy Institute](#) (Gráfico 3). Observa-se um declínio iniciado em 1998, coincidindo com os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro.

Rafael Ramírez, que foi Embaixador da Venezuela na ONU e CEO da Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), [atribui essa queda abrupta à má gestão e perseguições políticas](#), especialmente sob Maduro desde 2014. As estruturas gerenciais da PDVSA foram desmanteladas, comprometendo sua capacidade operacional. Em suma, Ramírez considera que o colapso é **resultado de decisões políticas, não técnicas, e que a recuperação exigirá um retorno ao estado de direito e à governança legítima.**

**Gráfico 3 - Produção de Óleo na Venezuela - Medido em Terawatt-Hora**



**Fonte:** Energy Institute - Statistical Review of World Energy (2024), [Our World in Data](#).

- **Trabalho e emprego**

Segundo os dados da Encuesta Nacional de Condiciones de Vida - Encovi 2021, referência em informação e estatística, o emprego formal na Venezuela foi reduzido em quase 22%, entre os anos de 2014 e 2021, o que equivale à perda de 4,4 milhões de empregos, sendo 70% do setor público e 30% do setor privado.

A pesquisa demonstrou ainda que apenas 40% da população ocupada tem emprego formal. O restante está em setores informais.

Quanto ao desemprego, a Enconvi divulgou em 2021 a taxa de 3,2% de desemprego na Venezuela, enquanto que a National Institute of Statistics divulgou em dezembro de 2018 taxa de desemprego de 6,35%.

**Surpreendente, mas essa pequena taxa mede somente o número de pessoas que estão procurando emprego.**

A razão é que existem muitas formas de desemprego disfarçado. A Venezuela não gera empregos, não há postos de trabalho vagos, ou seja, não estando a população procurando emprego a taxa de desemprego mantém-se baixa.

- **Agricultura e Segurança Alimentar**

Desde a entrada de Nicolás Maduro no poder em 2013, a produção agropecuária na Venezuela sofreu um declínio significativo, tanto em termos de produção quanto de produtividade. Vários fatores contribuíram para essa deterioração, incluindo políticas governamentais inadequadas, falta de investimento, sanções internacionais e infraestrutura deficiente.

Estratégia adotada desde Hugo Chávez até Nicolás Maduro, políticas de intervenção no setor privado e controle de preços, combinadas com a importação de alimentos baratos, levaram à ruína dos produtores locais e à dependência externa. Essa abordagem venezuelana resultou em uma crise alimentar severa quando sua economia piorou e o país perdeu a capacidade de importar alimentos.

**Déficit de Produção:** Em 2018, o déficit de produção agropecuária na Venezuela chegou a 75%, agravando a escassez de alimentos. O consumo per capita de carne de frango e ovos, por exemplo, caiu drasticamente, 71,4% e 62,5%, respectivamente.

Aproximadamente 85% do maquinário agrícola está obsoleto no país, com a falta de verbas para reposição nos últimos anos, dificultando ainda mais a produção eficiente e competitiva.

A queda acentuada do PIB ao longo dos anos do regime chavista impactou severamente o setor agrícola, que ficou dependente de uma infraestrutura deteriorada e de insumos agrícolas insuficientes.

A deterioração da produção agrícola resultou em uma redução drástica na disponibilidade de alimentos, afetando diretamente a segurança alimentar da população venezuelana.

Nesse mesmo período, a situação de insegurança alimentar no país se agravou significativamente. Diversos relatórios de organizações internacionais indicam um aumento substancial no número de pessoas enfrentando fome e desnutrição.

Entre 2013 e 2015, a Venezuela já apresentava problemas significativos com a fome, mas esses números pioraram drasticamente nos anos seguintes. De acordo com um relatório elaborado pela FAO, OMS, UNICEF, FIDA e PMA, a prevalência de subnutrição na Venezuela aumentou 18,4 pontos percentuais entre os períodos de 2013-2015 e 2019-2021, resultando em cerca de 6,5 milhões de pessoas afetadas pela fome em 2021.

Em termos percentuais, a subnutrição na Venezuela atingiu 22,9% da população, o maior índice na América do Sul. Além disso, a crise econômica contínua e a inflação galopante reduziram drasticamente o poder de compra dos venezuelanos, dificultando ainda mais o acesso a alimentos.

- **Saúde e Educação**

Recente divulgação do ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador utilizado para estimar o grau de desenvolvimento humano de uma determinada sociedade com base na avaliação das áreas da saúde, da educação e da renda, aponta que a Venezuela teve uma grande queda do IDH entre 1990 e 2022, saindo de 0,657, para 0,699. Com um crescimento do índice no período de apenas 6%, enquanto o Brasil, por exemplo, cresceu 23%.

A Venezuela de Maduro, diante do quadro socioeconômico, sofre com escassez de remédios, equipamentos de diagnósticos, matérias de higiene e mobiliário hospitalar, manutenção da infraestrutura sanitária, com problemas no fornecimento de água e eletricidade, essenciais ao funcionamento das estruturas de saúde. Além da falta de recursos humanos especializados. Só nos últimos 5 anos, houve uma redução do sistema de saúde entre 15 e 20%, segundo o diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus. "Estimamos que os serviços de saúde foram reduzidos para 80-85 por cento, com muitos médicos e enfermeiras que deixaram o país".

No país o financiamento da saúde é eminentemente privado, com elevado e crescente componente de despesas diretas que fica entre os maiores do mundo e com baixa prioridade fiscal no governo de Maduro.

Já a **educação**, que foi bandeira de Hugo Chávez como prioridade de seu governo em 1999, com aumento de gastos e expansão de programas de alfabetização para os pobres, hoje sofre com a falta de investimentos e um quadro de total desmonte, com baixos salários, emigração de professores, escolas insalubres e falta de incentivo à formação de novos profissionais.

Para se ter uma ideia do cenário catastrófico na educação, professores têm que conviver com um salário médio de US\$ 21,57 por mês, segundo relatório do Centro de Documentação e Análise Social da Federação Venezuelana de Professores, enquanto a cesta básica familiar em janeiro estava em US\$ 535,63.

Estimativas de associações sindicais dão conta que cerca de 200 mil professores venezuelanos deixaram as salas de aula nos últimos anos, seja porque emigraram ou porque mudaram de profissão, segundo reportagem de Alicia Hernández da [BBC News Mundo](#). Com a falta de professores, a educação chega a ser ofertada no modelo chamado “horário mosaico”. No qual os alunos frequentam a escola um dia e meio ou dois dias por semana para condensar todas as aulas e disciplinas da semana.

## • Turismo

Entre as décadas de 50 e 80 a Venezuela era um dos países mais ricos da América Latina, conhecida como a “Venezuela Saudita” por conta da riqueza gerada pelo Petróleo, cuja população tinha poder de compra 3 vezes maior que a dos brasileiros. Chegando a receber em torno de 700.000 turistas internacionais por ano, e receita anual de US\$ 500 milhões.

Com a chegada do Chavismos, a crescente instabilidade econômica e social, corrupção, perseguições a opositores políticos do Chavismo, desapropriações de empresas, hotéis, estatização de empresas, provocou enorme êxodo da população para fugir da falta de alimentos e produtos básicos. Com Maduro, a situação agravou-se ainda mais, praticamente eliminando a atividade turística do país, passando a receber um número insignificante de turistas estrangeiros por conta da insegurança generalizada, falta de infraestrutura turística e hoteleira, fechamento das empresas que atuavam no setor e o medo instalado na população.

O país deixou de aproveitar o grande potencial do turismo, o qual gerava um importante e significativo mercado de trabalho e considerável receita, em troca de um grande contingente de desempregados famintos e desamparados.

- **Na fronteira brasileira**

O Estado de Roraima é a principal porta de entrada dos venezuelanos que fogem da ditadura de Nicolás Maduro. Segundo a Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), 7,7 milhões de venezuelanos saíram do país desde 2017, fazendo com que os venezuelanos liderem o ranking global de asilados. Destes, aproximadamente um milhão de venezuelanos cruzaram a fronteira em Roraima, com uma média de 600 venezuelanos por dia.

Com grande quantidade de refugiados permanecendo próximos à fronteira, Roraima tem sofrido com vários problemas, mesmo recebendo ajuda do governo federal, especialmente pela ação da Operação Acolhida, vê seus serviços públicos sofrendo colapso constantemente.

Roraima tem sido o Estado brasileiro que teve o maior aumento percentual de habitantes no país pelo sexto ano seguido, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de pobreza aumentou no estado em 12% na última década. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 46,16% dos roraimenses (incluindo os migrantes venezuelanos) estão em situação de extrema vulnerabilidade.

Os índices de violência no Estado acompanham as ondas migratórias vindas da Venezuela. Não existe qualquer critério para que um cidadão venezuelano ultrapasse a fronteira brasileira e obtenha o registro de permanência e trabalho no Brasil. Inclusive praticamente todos os refugiados venezuelanos conseguem cadastro para receberem auxílios do governo federal. Problemas antigos do Estado de Roraima, como o narcotráfico e o garimpo ilegal se tornaram ainda mais complexos.





Roraima, segundo o último Mapa da Segurança Pública, elaborado pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), foi o “campeão” no número de latrocínios no país. Esse aumento foi de 57,14%, muito à frente do segundo colocado (Tocantins), que registrou aumento de 3,45%. Um terço das vítimas de homicídios é venezuelano. Nos crimes de lesão corporal seguida de morte, o Estado de Roraima também figura nas primeiras colocações. O tráfico de pessoas também aumentou muito nos últimos anos. Mulheres e crianças estão cada vez mais sendo privadas de seus direitos básicos, sofrendo algum tipo de exploração de mão de obra ou sexual.

Uma importante facção criminosa venezuelana, denominada “El tren de Aragua”, conhecida por dominar cidades a partir de presídios, por esquartejar corpos de inimigos, dentre outras ações com requintes de crueldade, estabeleceu parceria com o Primeiro Comando da Capital (PCC) e já está operando em pelo menos 4 Estados brasileiros. Alguns crimes ocorridos em Roraima já foram atribuídos a esses narcotraficantes. O tráfico de drogas em alguns bairros da capital roraimense, bem como em alguns acampamentos montados pela Operação Acolhida já estão dominados pela facção venezuelana. Também foi registrada a entrada em solo brasileiro de uma outra facção venezuelana, “El tren de Guayana”.

Vale ressaltar que essas duas facções são concorrentes e a tendência é de que os conflitos entre elas em território brasileiro aumentem, levando os roraimenses a um clima ainda mais hostil. E o pior, segundo a Insight Crime, Organização sem fins lucrativos de jornalismo investigativo do crime organizado na América Latina e Caribe, ambas facções possuem ligações com integrantes do governo de Nicolás Maduro.



# Assessor da Secom envolvido em propaganda eleitoral ilegal: Esquema exposto através do Gabinete da Ousadia

*Em um novo escândalo envolvendo a Secom, um assessor é acusado de utilizar perfis anônimos para atacar opositores políticos, revelando um esquema de propaganda ilegal e desinformação. Esta operação, vinculada ao chamado Gabinete da Ousadia, lança luz sobre as práticas questionáveis dentro do governo atual.*

## Síntese

- Bruno Monteiro Galan, assessor do Departamento de Canais Digitais da Secom, está sendo investigado pela Justiça Eleitoral por criar um perfil anônimo no Instagram que ataca o candidato do PL a prefeito, Doutor Lapena.
- A investigação revela também o envolvimento de sua esposa e a conexão de Galan com Edinho Silva, atual prefeito de Araraquara, com quem trabalhou na campanha presidencial de Lula em 2022.



## Análise

- Bruno Monteiro Galan, assessor do Departamento de Canais Digitais da Secom, está sendo [investigado pela Justiça Eleitoral por propaganda eleitoral antecipada](#).
- Essa investigação é parte de mais um capítulo que revela a atuação do Gabinete da Ousadia, a célula de comunicação petista dedicada a atacar opositores e espalhar desinformação.
- Na investigação, ele é acusado de criar um perfil anônimo "ráquedearamaraquara" no Instagram para atacar o candidato do PL a prefeito, Doutor Lapena, com postagens irônicas. O nome de Galan após o Facebook fornecer a identificação do usuário, que incluía um e-mail vinculado a ele e confirmado pelo Google. Além disso, a investigação evidenciou que a rede de internet usada para divulgar as postagens está em nome de Cecília Azevedo e Azeredo, esposa de Galan.
- Bruno Galán [assumiu o cargo de assessor na Secom em maio deste ano](#). Anteriormente, foi [gerente de Serviços de Arte e Criação na Empresa Brasil de Comunicação \(EBC\)](#), estatal ligada à Secom.
- Além disso, trabalhou com Edinho Silva na campanha presidencial de Lula em 2022, produzindo vídeos, conforme pode ser observado no perfil de Bruno Monteiro Galán [na rede social Behance](#). A Behance é uma rede social popular entre profissionais de audiovisual para apresentação de portfólios.
- Edinho, que atualmente ocupa o cargo de prefeito de Araraquara, está apoiando a campanha de Eliana Honain, a candidata do PT à prefeitura da cidade.
- Em suma, a atuação de Bruno Galan contrasta com as atribuições institucionais da Secom, que incluem combater a desinformação, defender a democracia e promover o acesso à informação, conforme o [inciso II do art. 1º do Decreto nº 11.362, de 1º de janeiro de 2023](#). Trata-se de mais uma evidência de como atua o Gabinete da Ousadia.

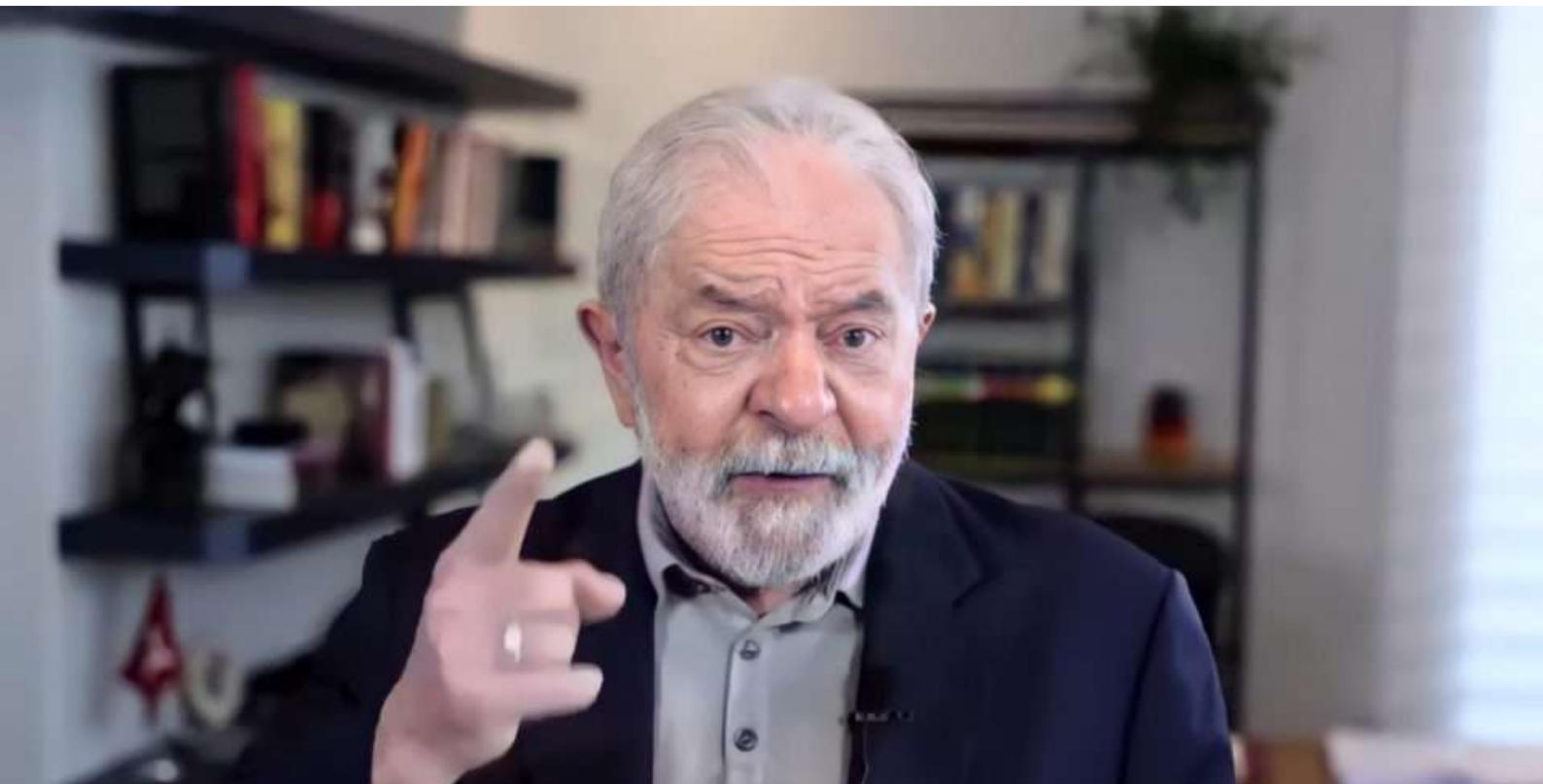


# Lula planeja regular redes sociais por Medida Provisória às vésperas das Eleições, levantando temores de censura

*Às vésperas das eleições municipais, o presidente Lula anunciou planos para regular as redes sociais por meio de uma medida provisória. Essa iniciativa, que tem gerado preocupações sobre possíveis restrições à liberdade de expressão e manipulação do debate público, foi criticada por ser vista como uma tentativa de controlar a narrativa eleitoral.*

## Síntese

- O Presidente expôs tentativa de regular as redes sociais às vésperas das eleições, levantando preocupações sobre possíveis restrições à liberdade de expressão e manipulação do debate público.
- A decisão de avançar com uma medida provisória pode ser interpretada como uma tentativa de "atropelar" as discussões em andamento sobre o tema.



## Análise

- Lula anunciou uma reunião com o ministro da Justiça para discutir a elaboração de uma proposta de regulamentação das redes sociais, incluindo a possibilidade de editar uma medida provisória ou um projeto de lei com regime de urgência. A ideia seria retomar o texto do relatório do deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) para o "PL da Censura" (PL 2630/2020).

***“Se for necessário o governo, poderá enviar uma proposta. Pode ser medida provisória ou pode ser projeto de lei. Aí você tem que discutir com o Congresso para saber qual é a melhor forma de tramitação, ou você faz uma medida provisória, ou você faz um projeto de lei com caráter de urgência urgentíssima, que é votado com muita rapidez também”.***

[Lula, em entrevista à TV Record.](#)

- A recente declaração do presidente Lula sobre a necessidade de regular as redes sociais, especialmente às vésperas de uma eleição, suscita preocupações sobre o controle governamental e o temor de interferência no processo eleitoral, além de suas implicações para a liberdade de expressão e a democracia.
- Críticos argumentam que, sob a justificativa de combater a desinformação e o discurso de ódio, o governo poderia estar buscando mecanismos para controlar o fluxo de informações e influenciar o debate público a seu favor.
- A proximidade das eleições adiciona uma camada de desconfiança sobre as intenções governamentais, sugerindo que a regulação pode ser usada como uma ferramenta política para restringir críticas e controlar narrativas de adversários políticos.
- Lula argumenta que as big techs lucram com a disseminação do ódio e defende a urgência de uma regulação, **destacando que essas empresas não pagam impostos no Brasil e têm grandes lucros com publicidade.**

*"Eu sou a favor de que a gente tenha uma regulação urgente, porque essas empresas não pagam imposto no Brasil. Essas empresas ganham bilhões de publicidade, têm muito lucro com a disseminação do ódio nesse país e no mundo inteiro", [afirmou Lula em entrevista à TV Record.](#)*

- Destacamos que a alegação de que as empresas mencionadas não pagam impostos no Brasil é inverídica. Essa afirmação parece ser apenas uma justificativa enganosa para iniciar um processo de cerceamento da livre expressão em redes sociais.
- A afirmativa pode ser desmentida por dados fornecidos pelo Ministério da Fazenda e a Receita Federal, que apontam que as denominadas big techs [pagaram o equivalente a R\\$ 20 bi em impostos em 2022](#), desconsiderando os impostos estaduais e municipais. Nesse sentido, mesmo a discussão sob a ótica tributária parece questionável.
- Além disso, identificamos avanços nas discussões sobre a desinformação em um ambiente de autorregulação com a participação de agentes públicos e privados.
- É possível observar os esforços das plataformas digitais contra a desinformação. São exemplos dessas iniciativas as parcerias com agências de verificação de fatos, o uso de algoritmos avançados para detectar conteúdos enganosos e a aplicação de políticas rigorosas de remoção durante períodos eleitorais.
- Em síntese, a recente iniciativa do presidente Lula carece de fundamento tanto sob o prisma tributário quanto sob a ótica democrática. Tal proposta sugere um viés autoritário preocupante, que ameaça a integridade da liberdade no Brasil.

## Manifestações de Senadores da Oposição

*"Foram fazer "bule" com o "Ministro dos Impostos" nas redes sociais, a resposta veio. De novo a mesma ladainha. Não tem o q fazer culpam as redes sociais!!"*

[Senador Carlos Portinho \(PL/RJ\), na plataforma X.](#)



*"Criam mentiras 24h por dia sobre [@jairbolsonaro](#). Distorcem e inventam para criar alibis para continuarem com as perseguições sob justificativas bizarras! Só que esquecem que as redes sociais têm um poder de comunicação muito maior do que a própria mídia tradicional, e a verdade sempre aparece! Todos os dias, os que perseguem estão tornando Bolsonaro ainda mais forte!"*

[Senador Flávio Bolsonaro \(PL/RJ\), na plataforma X.](#)



## ECONOMIA

# Governo congela recursos para cumprir meta fiscal, mas especialistas alertam: Medida é insuficiente e afeta setores essenciais

*O governo anunciou um congelamento de R\$ 38 bilhões em recursos na tentativa de cumprir a meta fiscal, apesar de recordes de arrecadação. Especialistas alertam que a medida é insuficiente e pode afetar gravemente setores essenciais como saúde, educação, transportes e cidades, levantando dúvidas sobre a eficácia e a real intenção dessa ação.*

- O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre de 2024 considerou que a meta fiscal deste ano não será cumprida sem que haja um contingenciamento de despesas. Por isso, o governo anunciou o contingenciamento e o bloqueio de diversas despesas. Esses congelamentos podem ser vistos [neste link](#).



- A expectativa é que o déficit alcance R\$ 32,6 bilhões. Apesar de a meta para este ano ser de déficit zero, o arcabouço fiscal permite uma tolerância de 0,25% do PIB, o que equivale a cerca de R\$ 28,8 bilhões em déficit.
- Com isso, o governo promoverá um contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões, que alcançará diversas pastas. O contingenciamento ocorre mesmo se verificando recordes de arrecadação no país, o que supostamente aliviaria as contas para fins de cumprimento da meta fiscal.
- Com isso, verifica-se a concretização de uma previsão feita por especialistas, inclusive da Consultoria do Senado, acerca da existência de uma banda para a meta. Com a possibilidade de se “cumprir” a meta pela banda inferior, o governo usa a banda inferior como meta. Isso faz com que a meta efetiva seja de um déficit de R\$ 28,8 bilhões e não um déficit zero.
- Isso ainda pode se mostrar danoso ao se antecipar que o governo afirme ter chegado na meta zero mesmo tendo apresentado expressivo déficit.
- Além disso, há um bloqueio de despesas de R\$ 11,2 bilhões que ocorrem devido ao crescimento descontrolado das despesas primárias. Como as despesas estão crescendo acima do permitido pelo arcabouço, esse mecanismo bloqueia gastos.
- Isso já era antecipado ao se verificar que as despesas estavam crescendo significativamente acima das receitas durante o ano.
- Saúde (corte de R\$ 4,4 bilhões), Educação (R\$ 1,2 bilhão), Transportes (R\$ 1,5 bilhão) e Cidades (R\$ 2,1 bilhões) foram as pastas com os maiores cortes.
- O corte, que atinge áreas essenciais, soma R\$ 15 bilhões. Mesmo assim, especialistas que acompanham as contas públicas estimam que o cumprimento da meta fiscal requer um congelamento entre R\$ 20 e R\$ 30 bilhões. Com isso, mantém-se a desconfiança de descumprimento da meta fiscal deste ano, sobretudo pelo crescimento exacerbado das despesas e pela adoção de medidas insuficientes de controle e corte de gastos.





## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

### Presença de Alckmin no Irã reforça aliança controversa de Lula com regimes ditatoriais e grupos terroristas

*A presença do vice-presidente Geraldo Alckmin na posse do novo presidente iraniano, cercado por líderes de grupos terroristas, trouxe à tona críticas sobre o alinhamento do governo Lula com regimes ditatoriais e organizações extremistas. Este movimento tem sido visto como uma demonstração preocupante da política externa do Brasil.*

Na terça-feira (30), o líder do Hamas, Ismail Haniyeh, foi morto em um ataque aéreo em Teerã, Irã. Haniyeh estava presente na posse do novo presidente iraniano, Masoud Pezeshkian, e foi visto a poucos metros do vice-presidente brasileiro, Geraldo Alckmin. A cerimônia também contou com a presença de líderes de grupos islâmicos, como Mohammed Abdulsalam dos Houthis, Ziyad Al-Nakhalah da Jihad Islâmica e Naim Assem do Hezbollah.



Geraldo Alckmin foi o escalado por Lula para a posse do novo presidente iraniano depois da primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, ter sido a escolhida para representar o País nos Jogos Olímpicos de Paris.

Não se sabe até o momento porque o Brasil foi a uma posse de ditaduras e não participou da posse do presidente da vizinha Argentina, Javier Milei. Entretanto, internacionalmente é mais uma demonstração do alinhamento do governo Lula com as ditaduras e terrorismo.

Após o ataque aéreo de Israel em Beirute, capital do Líbano, que matou Fuad Shukr, comandante do Hezbollah, na terça-feira, 30 de julho, o Ministério das Relações Exteriores publicou uma nota oficial e chamou o grupo terrorista libanês de “partido”.

*“O Brasil acompanha com extrema preocupação a escalada de hostilidades entre Israel e o braço armado do partido libanês Hezbollah. A continuidade do ciclo de ataques e retaliações leva a espiral de violência e agressões com danos cada vez maiores, sobretudo às populações civis dos dois países”.*

No mesmo dia o Itamaraty divulgou outra nota, condenando o assassinato de Ismail Haniyeh, e mais uma vez evitando chamar o Hamas de grupo terrorista:

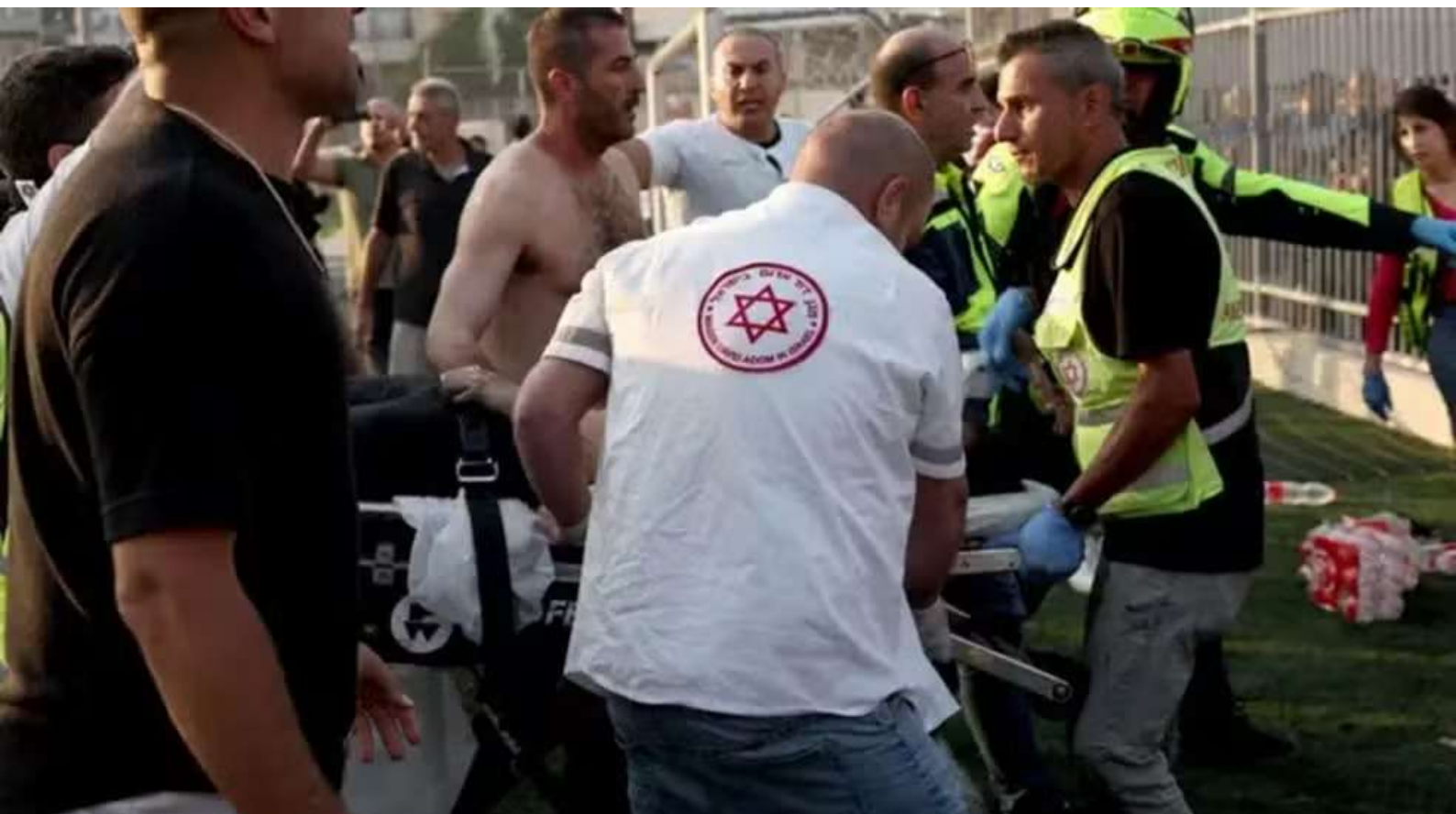
*“O governo brasileiro condena veementemente o assassinato do chefe do Escritório Político do Hamas, Ismail Haniyeh, ocorrido hoje, 31/7, em Teerã.*

*O Brasil repudia o flagrante desrespeito à soberania e à integridade territorial do Irã, em clara violação aos princípios da Carta das Nações Unidas, e reafirma que atos de violência, sob qualquer motivação, não contribuem para a busca por estabilidade e paz duradouras no Oriente Médio. Tais atos dificultam ainda mais as chances de solução política para o conflito em Gaza, ao impactarem negativamente as conversações que vinham ocorrendo para um cessar-fogo e a libertação dos reféns”.*

Apontado pelas Forças de Defesa de Israel como “o comandante militar mais graduado do Hezbollah”, Fuad Shukr foi o responsável pelo ataque terrorista realizado no sábado, 27 de julho, que resultou na [morte de 12 crianças e adolescentes em Majdal Shams](#), no norte de Israel.

Financiados pelo Irã, os grupos terroristas, cujos representantes estavam ao lado de Alckmin, tem promovido uma série de ataques ao território israelense, iniciada pelo massacre realizado pelo Hamas em Israel em 7 de outubro de 2023, quando 1.200 pessoas foram mortas e outras 239 foram levadas como reféns para a Faixa de Gaza.

**EVAIR** | DEPUTADO FEDERAL  
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO





## TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

# Caixa Asset demite técnicos que alertaram sobre operação suspeita com Banco Master, expondo conflitos e questionamentos graves

*A demissão de técnicos da Caixa Asset que alertaram sobre uma operação controversa com o Banco Master expõe graves conflitos de interesse e riscos significativos para a instituição financeira. Esta ação levanta sérias questões sobre a integridade e a governança dentro da Caixa Econômica Federal.*

### Síntese

- A destituição dos gerentes técnicos da Caixa Asset após se oporem à compra de R\$ 500 milhões em letras financeiras do Banco Master sugere uma ingerência na gestão da empresa do conglomerado Caixa.
- Na operação com o Banco Master, foram identificados riscos reputacionais, legais e financeiros, configurando uma ameaça significativa para o patrimônio da Caixa Asset.
- Ademais, a nomeação de Tarso de Tassis, associado à presidência do Banco Master e ex-advogado da empresa, contradiz informações anteriores da Caixa Asset e levanta dúvidas sobre sua competência e possíveis conflitos de interesse.



## Análise

- A decisão de [destituir gerentes técnicos da Caixa Econômica Federal](#), após sua oposição à compra de R\$ 500 milhões em letras financeiras do Banco Master, reflete uma crise interna sobre possíveis conflitos de interesse na instituição financeira estatal.
- Na análise elaborada pelos técnicos, o Banco Master foi descrito como tendo um perfil de risco médio, com um rating interno de BB+, o que por si só já implica em um nível considerável de risco para um investimento de longo prazo (10 anos).
- Além disso, o modelo de negócios da empresa foi considerado complexo e de difícil compreensão, envolvendo operações com empresas em recuperação judicial e uma significativa exposição a créditos de difícil liquidez, como precatórios e direitos creditórios.
- O parecer levanta preocupações sobre a concentração da carteira do Banco Master nos vinte maiores clientes, o que poderia representar um risco adicional se algum desses clientes enfrentar dificuldades financeiras.
- Destaca ainda as questões reputacionais do Banco Master, incluindo processos na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por manipulação de mercado e alegações de envolvimento em casos de propina, introduzindo um componente de risco operacional e reputacional significativo para a Caixa.
- Por exemplo, o documento revela que Maurício Quadrado, sócio do Banco Master, foi citado em delação premiada por um ex-superintendente da Caixa, que o acusou de oferecer R\$ 8 milhões em propina para direcionar recursos do FI FGTS para a empresa Rede Energia.
- Por fim, cabe mencionar que nenhum concorrente da Caixa Asset fez negócios semelhantes com o Banco Master, destacando a singularidade da operação.

## Conflito de interesse

- Outro ponto controverso surge com a nomeação de Tarso de Tassis, ligado à presidência do Banco Master, como vice-presidente de Negócios de Atacado da Caixa Asset. Frisa-se que Tassis é uma das pessoas responsáveis pela aprovação do negócio questionado como membro do Conselho de Administração da Caixa Asset.

- Em nota, o Banco Master confirmou que Tassis foi advogado externo da empresa, o que contradiz a informação fornecida pela Caixa Econômica na comunicação oficial sobre sua indicação, que afirma o exercício de cargo na Presidência do Banco Master.

***“Ele era sócio de um escritório de advocacia que já prestou em algum momento serviço para o banco, que agora nem sei especificar qual foi. Não o conheço pessoalmente.”***

[Daniel Vorcaro, sócio do Banco Master](#), em nota.

*"Natural de Governador Valadares/MG, possui doutorado, mestrado e graduação em Direito. **Exerceu o cargo de Assessor Especial da Presidência do Banco Master na área financeira e jurídica**, foi Conselheiro de autarquia de natureza especial - Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Minas Gerais - Conselheiro Substituto e Conselheiro do Órgão Especial, Auditor do Tribunal de Justiça Desportiva da FMF, Professor de Direito de graduação e pós-graduação na PUC/MG; IEC/PUCMINAS; IDP e CEDIN".*

[Luiz Felipe Figueiredo de Andrade, Diretor de Finanças e Relações com Investidores da Caixa Econômica Federal, Comunicado ao Mercado.](#)

- De acordo com [levantamento realizado pelo "O Globo"](#), no currículo de Tassis não há qualquer experiência anterior relevante ou estudos no setor financeiro ou mercado financeiro, considerando a correção de informação prestada pelo Banco Master.
- Trata-se de um fato anômalo, tendo em vista que o vice-presidente gerencia uma carteira de crédito de R\$ 100 bilhões e 40 mil clientes. Ademais, participa das decisões do Conselho de Administração da Caixa Asset, conferindo-lhe influência sobre R\$ 542,24 bilhões em ativos administrados pela gestora.
- O Ministério Público expressou em representação ao Tribunal de Contas da União preocupação com possíveis irregularidades da operação, sugerindo uma vigilância diligente sobre as operações da Caixa Asset, subsidiária da Caixa Econômica Federal.

*“Vejo com grande preocupação os indícios de irregularidades aqui trazidos. Considerando que prejuízos à CEF reverteriam ao erário federal, tendo em vista sua natureza sabidamente pública, entendo que operações da Caixa Asset, subsidiária integral da Caixa, merecem atuação diligente por parte desta Corte de Contas”.*

[Lucas Rocha Furtado, subprocurador-geral do MP junto ao TCU, representação no TCU.](#)

## Histórico Conturbado do Banco, Seus Sócios e Governos Petistas

- O Banco Master, anteriormente conhecido como Banco Máxima, esteve implicado em casos de lavagem de dinheiro e pagamentos de propina ligados ao banqueiro Alberto Youssef, [conforme revelado durante a CPI Mista da Petrobras, notadamente no depoimento da contadora de Youssef, Meire Poza.](#)
- O sócio Daniel Vorcaro, em 2019, [chegou a ter uma ordem de prisão decretada por suspeita de fraudes e atividades lesivas a fundos de pensão de servidores públicos de prefeituras.](#)
- Em 2020, Vorcaro também recebeu [multa da CVM por irregularidades em processo de emissão de debêntures,](#) na qualidade de diretor da Máxima S.A. CCTVM.
- Em 2024, outra [empresa de Daniel Vorcaro já foi beneficiada](#) com investimentos milionários por parte do Governo Federal. Trata-se da farmacêutica Biommm, que inaugurou fábrica para produção de insulina em Minas Gerais, com a presença e discurso de Lula.
- De acordo com dados oficiais, a Biommm [obteve R\\$ 203 milhões de crédito \(Finep, BNDES E BDMG\), além de R\\$ 133 milhões aportados via equity \(BNDES e BDMG\) para implantar a unidade Industrial biofarmacêutica em Nova Lima \(MG\).](#)

"GOV LULA E A INVERSÃO DE VALORES À TOQUE DE "CAIXA":PRESIDENTE DA CEF PRECISA SE EXPLICAR. Apresentei agora há pouco requerimento p/ a realização de audiência na Comissão de Transparência e Fiscalização do @senadofederal,p/ debater a operação financeira da Caixa Econômica Federal c/ o Master e suas implicações.Isso pq,a destituição de dois gerentes da Caixa,após a emissão de um parecer sigiloso desaconselhando a compra de R\$ 500 MILHÕES em letras financeiras do Banco Master,foi uma operação considerada "atípica" e "arriscada" p/ área técnica da Caixa.A movimentação levantou questionamentos s/ a governança e os procedimentos de gestão de risco da instituição,afetando a confiança do mercado financeiro e a transparência de gestão pública.Paz & Bem".

Senador Eduardo Girão, na plataforma X.



**EVAIR** | DEPUTADO FEDERAL  
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO





# Governo Lula oculta dados cruciais sobre mortes e atendimentos médicos na Terra Indígena Yanomami

*O governo Lula está sob intensa pressão após a interrupção da divulgação de dados sobre atendimentos médicos e mortes na terra indígena Yanomami. A falta de transparência, especialmente em meio a uma crise de saúde grave, levanta preocupações sobre a eficácia das medidas adotadas e a real situação da população indígena.*

Sem nenhuma razão plausível, o Ministério da Saúde parou de divulgar os dados sobre o número de atendimentos médicos realizados e de mortes ocorridas na terra indígena Yanomami em 2024, deixando de dar transparência às medidas adotadas e sua real efetividade. Isso depois de ser possível constatar, ainda que com dados preliminares, um aumento de 6% no número de óbitos no território em 2023 em relação a 2022, e mais que dobrar o número de casos de malária, segundo o último relatório disponibilizado pelo ministério – [Informe Mensal 04](#) (arquivo publicado em 22/2/24).



Coincidência, ou não, o apagão dos dados ocorreu logo após [fala da ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara](#), veiculada em seu Instagram® em 16/01/2024, na qual reconhece que o governo Lula não resolveu a questão da crise no território Yanomami e que esse mesmo governo subestimou sua dimensão.

Segundo Estevão Senra, pesquisador do Instituto Socioambiental, que atua há 10 anos no território Yanomami, [em entrevista dada à BBC News Brasil](#), as causas dos mais de 300 óbitos de 2023 ainda estão relacionadas à falta de assistência.

Ainda em dezembro de 2023, o Ministério Público Federal obteve na justiça (ACP 1001973-17.2020.4.01.4200) determinação para que a União estabelecesse novo plano de ações contra o garimpo ilegal no território Yanomami, fundamentando o pedido na permanência dos invasores naquele território.

Nitidamente, o governo federal vem falhando na contenção do avanço da atividade ilegal de garimpo na região e na melhoria nas condições de vida dos indígenas da etnia Yanomami. Em janeiro, Lula chegou a se reunir com 13 de seus ministros para discutir os problemas relacionados aos indígenas dessa etnia. Na ocasião, a Secretaria de Comunicação Social - Secom divulgou apenas a fala inicial do presidente, sem o anúncio de medidas a serem adotadas.

Mesmo com a criação em 2023 da missão Yanomami, coordenada pelo Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública – COE – Yanomami, do Grupo Especial de Defesa dos Povos Indígenas, vinculado à Advocacia-Geral da União - AGU, e agora com a criação da Casa de Governo no Estado de Roraima, em Boa Vista, no primeiro bimestre de 2024, o governo foi incapaz de divulgar as medidas efetivamente implementadas, que possam demonstrar o cuidado com a etnia. A notícia mais recente veiculada na página do COE – Yanomami, datada de 19 de julho, dá conta apenas que um Grupo de Trabalho - GT está elaborando o dimensionamento da força de trabalho na saúde indígena.

Quanto ao apagão dos dados, mesmo com o envolvimento de várias outras pastas, o Ministério da Saúde se limitou a responder à reportagem da [Folha de São Paulo](#) que os números necessitam de serem revisados pelas áreas técnicas envolvidas.



## TRABALHO

# Alteração da NR 15 considera trabalho a céu aberto insalubre, ameaçando setores do agronegócio e construção civil

*A recente abertura do debate para alteração na Norma Regulamentadora nº 15, que quer classificar o trabalho a céu aberto como insalubre, promete impactar negativamente setores como o agronegócio e a construção civil. A mudança é criticada por seus efeitos adversos na economia brasileira.*

Foi publicado no Diário Oficial da União pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no dia 24 de julho, consulta pública para proposta de revisão do texto técnico referente aos limites de exposição ocupacional ao calor da Norma Regulamentadora nº 15 (NR 15) de saúde e segurança do trabalho.



O principal objetivo da revisão desta norma é estabelecer novos critérios para caracterizar as atividades insalubres decorrentes da exposição ocupacional ao calor, seja por fonte artificial ou natural, em ambientes internos e externos, com ou sem carga solar direta, ou seja, neste caso o trabalho a céu aberto seria considerado insalubre.

Tendo em vista a revisão da norma regulamentadora, estabelecida pela Portaria MTP N° 672, de 08 de novembro de 2021, foi realizada Análise de Impacto Regulatório - AIR, onde restou claro que o fato do trabalhador estar exposto a altas temperaturas climáticas naturais estaria sujeito ao recebimento do adicional de insalubridade. AIR disponível através do Link: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/analise-de-impacto-regulatorio-air/pdfs/relatorio-de-air-anexo-3-calor-nr-15.pdf>

Há grande preocupação acerca do tema, principalmente ao setor produtivo do agronegócio, setor de construção civil e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. O maior impactado será o setor do agronegócio, que encontra-se, em sua maior parte, nas regiões mais quentes do país, como por exemplo no Estado do Mato Grosso, Rondônia e Goiás, e em sua maioria é necessária a exposição a fontes naturais de calor.

O impacto negativo estaria ligado diretamente aos empresários de grande e pequeno porte, que teriam de suportar acréscimos de no mínimo 10% e no máximo 40% do salário mensal de cada trabalhador, além de reflexos sobre as verbas trabalhistas, como gratificações natalinas, férias e depósitos do FGTS. E ainda ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que aumentaria consideravelmente os casos de aposentadoria especial.

Destacando a importância dos setores na economia brasileira, o agronegócio interliga setores como agricultura, pecuária, indústria e comercialização da produção alimentar, e é extremamente importante para a economia brasileira. Apesar da queda de 2,99% no ano de 2023, o agronegócio ainda é responsável por 23,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Quanto ao setor da construção civil, segundo dados do IBGE, apesar de menor, ainda representa 5,8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Além do mais, acerca do tema, a Norma Regulamentadora - NR 21 já cria condições adequadas para seus funcionários no que diz respeito ao trabalho ao ar livre, como a necessidade de abrigo, proteção contra o clima e alojamento, estando relacionada com a ergonomia no trabalho a céu aberto. E ainda, a Norma Regulamentadora - NR 31 garante pausas para higiene física e mental dos trabalhadores.

Após a consulta pública, que estará disponível até o dia 06/09/2024, a Secretaria de Inspeção do Trabalho elaborará a proposta de texto a ser encaminhada ao grupo de trabalho tripartite, formado por representantes do governo, de trabalhadores e empregadores para discussão e aprovação, e só então o texto final será discutido na Comissão Tripartite Paritária Permanente - CTPP.

Ressalta-se a importância da discussão sobre o tema, sempre é necessária a discussão para adoção de novas e melhores medidas de prevenção e melhores condições de labor para o trabalhador, mas não é tolerável que o céu aberto, sem fonte artificial do calor, seja classificado como insalubre.

**EVAIR** | DEPUTADO FEDERAL  
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



# Em vitória da oposição, Governo é forçado a recuar pela terceira vez na revogação de trabalho em feriados

*Sob forte pressão da oposição, o governo foi forçado a recuar pela terceira vez na tentativa de revogar a autorização permanente para trabalho em feriados. A medida, que visava fortalecer os sindicatos, foi amplamente criticada por seu potencial de sabotar a economia e prejudicar tanto empregadores quanto trabalhadores.*

Em 13 de novembro de 2023, o Ministério do Trabalho publicou a Portaria de nº 3.665/2023, que revogou, para 12 atividades comerciais, a autorização permanente para abertura de estabelecimentos com o uso de mão de obra em feriados, concedida em 2021, durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro.

Anteriormente, era permitido o trabalho aos feriados por negociação através de acordo entre o empregado e o empregador, desde que respeitadas as normas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Com a revogação da autorização, seria necessária a realização de acordo coletivo de trabalho entre entidade sindical laboral e empresas ou legislação que estabeleça regras acerca do tema.



A regra, restringindo o trabalho aos feriados, já foi prorrogada por 3 ocasiões, sendo:

14/11/2023 - Publicação da Portaria MTE 3.665/2023

01/03/2024 - Portaria MTE 3.708/2023

01/06/2024 - Portaria MTE 232/2024

01/08/2024 - Portaria MTE 828/2024, publicada em 27/05/2024.

A derrota do Governo Federal na pauta ocorre devido às grandes críticas pelo setor produtivo e pela oposição ao governo no Congresso Nacional.

**Na prática, a medida fortaleceria os sindicatos, reforçando a autonomia das entidades sindicais que com a mudança, voltariam a ser os intermediários das negociações, “justificando” o pagamento da Contribuição Assistencial, sabotando a economia e promovendo o retrocesso, deixando de beneficiar os trabalhadores através de distribuição de renda, e apresentando insensibilidade junto ao setor comercial.**

**EV AIR** | DEPUTADO FEDERAL  
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

